

Monumentos funerários como lugares de disputa nas políticas de memória da Espanha (2007-2023)



RESUMO

Este artigo visa demonstrar o papel de destaque das exumações dos restos mortais de Francisco Franco (2019) e José Primo de Rivera (2023) do chamado Valle dos Caídos, dentre as políticas de memória recentemente adotadas pelo governo da Espanha, especialmente a partir de 2017. Tanto Franco quanto Primo de Rivera estiveram enterrados no também denominado Valle de Cuelgamuros até que esforços do governo espanhol ocasionaram suas exumações sob o argumento de que um ditador não poderia ter um túmulo estatal em uma democracia. O objetivo deste trabalho é reforçar o entendimento de que monumentos funerários constituem lugares de memória propriamente ditos e, como tanto, estão sujeitos ao escopo analítico das políticas de memória. Concluiu-se que as exumações tiveram papel de destaque entre as medidas defendidas pelas recentes políticas de memória levadas a cabo pelo governo espanhol encabeçado pelo Partido Socialista Obrero Español por seu histórico de utilização como ponto de encontro de franquistas e falangistas, além da ofensa às memórias das vítimas do golpe, da Guerra Civil e da ditadura que surgiam como consequências diretas e indiretas desses atos.

Palavras-chave: Políticas de memória; Exumação; Francisco Franco; Primo de Rivera; Valle de Cuelgamuros.

* Doutorado em Ciência Política pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Pesquisador vinculado ao Núcleo de Pesquisa sobre Políticas de Memória (NUPPOME/UFPEL). CV: <http://lattes.cnpq.br/9645732330567167>



Funerary monuments as sites of dispute in Spain's memory policies (2007-2023)

ABSTRACT

This article aims to demonstrate the prominent role of the exhumations of the mortal remains of Francisco Franco (2019) and José Primo de Rivera (2023) from the so-called Valley of the Fallen, within the memory policies recently adopted by the government of Spain, particularly since 2017. Both Franco and Primo de Rivera were buried in the also-named Valley of Cuelgamuros until efforts by the Spanish government led to their exhumations under the argument that a dictator should not have a state tomb in a democracy. The aim of this work is to reinforce the understanding that funerary monuments constitute places of memory themselves and, as such, are subject to the analytical scope of memory policies. It was concluded that the exhumations played a prominent role among the measures advocated by the recent memory policies carried out by the Spanish government headed by the Spanish Socialist Workers' Party due to their history of use as meeting points for Francoists and Falangists, in addition to the offense to the memories of the victims of the coup, the Civil War, and the dictatorship that emerged as direct and indirect consequences of these acts.

Keywords: Politics of memory; Exhumation; Francisco Franco; Primo de Rivera; Valle de Cuelgamuros.

Monumentos funerarios como sitios de disputa en las políticas de memoria de España (2007-2023)

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo demostrar el papel destacado de las exhumaciones de los restos mortales de Francisco Franco (2019) y José Primo de Rivera (2023) del llamado Valle de los Caídos, dentro de las políticas de memoria adoptadas recientemente por el gobierno de España, especialmente a partir de 2017. Tanto Franco como Primo de Rivera estuvieron enterrados en el también denominado Valle de Cuelgamuros hasta que los esfuerzos del gobierno español llevaron a sus exhumaciones bajo el argumento de que un dictador no debería tener un túmulo estatal en una democracia. El objetivo de este trabajo es reforzar la comprensión de que los monumentos funerarios constituyen lugares de memoria en sí mismos y, como tales, están sujetos al alcance analítico de las políticas de memoria. Se concluyó que las exhumaciones jugaron un papel destacado entre las medidas defendidas por las recientes políticas de memoria llevadas a cabo por el gobierno español encabezado por el Partido Socialista Obrero Español debido a su historial de uso como puntos de encuentro para franquistas y falangistas, además de la ofensa a las memorias de las víctimas del golpe, la Guerra Civil y la dictadura que surgieron como consecuencias directas e indirectas de estos actos.

Palabras clave: Políticas de memoria; Exhumación; Francisco Franco; Primo de Rivera; Valle de Cuelgamuros.



As exumações dos restos mortais de Franco, em 2019, e de Primo de Rivera, em 2023, representaram pontos de especial relevância não apenas pela história desses atores políticos, mas também pela significação de seu local de descanso “final” até aquele momento. Francisco Paulino Hermenegildo Teódulo Franco y Bahamonde (1892-1975), o *Caudillo de España*, foi o ditador da Espanha entre os anos de 1939 e 1975. Um dos principais nomes do golpe de Estado semífracassado que serviu de estopim à Guerra Civil Espanhola (1936-1939), o então General de Ejército, foi proclamado Chefe de Estado ainda durante o conflito. Ao sair vencedor de um conflito de longa duração e alto número de vítimas, Franco encabeçou uma ditadura que durou até sua morte praticamente quatro décadas depois (Payne & Palacios, 2014; Buades, 2018). José Antonio Primo de Rivera y Sáenz de Heredia (1903-1936) foi um dos fundadores da Falange Espanhola e filho de Miguel primo de Rivera e Orbaneja (1870-1930), ditador espanhol entre os anos de 1923 e 1930. Capturado, condenado à morte e executado poucos meses após o início da Guerra Civil Espanhola, tornou-se mártir dos falangistas e foi convertido em mito pelo governo de Franco (Payne & Palacios, 2014).

Ambos estiveram enterrados no monumento anteriormente conhecido por *Valle de los Caídos*, hoje denominado *Valle de Cuelgamuros*. Esse monumento, originalmente construído por Franco para celebrar a vitória na Guerra Civil, teve seu objetivo revisto ainda durante a ditadura e passou a abrigar os corpos dos caídos em ambos os lados do conflito. Franco foi enterrado lá tão logo faleceu, em 1975. Primo de Rivera, por sua vez, foi exumado em 1959 e levado ao monumento. Foram enterrados de lados opostos do altar principal. A data do traslado de Primo de Rivera para o *Valle de Cuelgamuros* e, coincidentemente, da morte de Franco, 20 de novembro, tornou-se emblemática e passou a figurar – durante décadas – como data de encontro e celebração de suas vidas e trajetórias políticas por movimentos saudosistas constituídos de franquistas e falangistas, incluindo marchas até o local e cerimônias (Sanz Hoya, 2013; Ferrándiz, 2021).

Esses casos, embora emblemáticos no contexto espanhol, não são casos isolados no mundo. Tumbas, túmulos, mausoléus e outros monumentos fúnebres constituem locais de memória e, como tanto, estão inclusos nos estudos de políticas de memória. Suas significações, que devem ser estudadas individualmente dentro de suas próprias conjunturas, revelam uma verdadeira – e pouco analisada – dimensão política desses monumentos fúnebres. O presente artigo, portanto, objetiva reforçar o entendimento de que tumbas e monumentos fúnebres constituem lugares de memória propriamente ditos e, como tanto, estão sujeitos ao escopo analítico das políticas de memória. O método adotado é o de estudo de caso, tomando por base fontes primárias produzidas pelo governo da Espanha (leis, decretos e manifestações governamentais) e fontes secundárias, tais como artigos científicos, livros e artigos de jornal.

Para atingir tais finalidades, este artigo será dividido da seguinte forma: primeiramente será efetuada uma breve descrição do *Valle de Cuelgamuros* como monumento erigido no contexto ditatorial e sua significação atribuída pelo regime. Em continuidade, será apresentada a base teórica que permite atribuir aos monumentos fúnebres a categoria de lugares de memória. Em sequência, serão dispostas as políticas de memória adotadas pelos governos do Partido Socialista Obrero Español (PSOE) entre os anos de 2007 e 2023, abordando também a

dimensão política das tumbas de Franco e Primo de Rivera e a centralidade que as exumações desses personagens da história espanhola tiveram no marco das políticas de memória espanholas. Por derradeiro, serão apresentadas as considerações finais.

Valle de Cuelgamuros ou Valle de los Caídos

O *Valle de Cuelgamuros* – denominado *Valle de los Caídos* entre sua construção e a entrada em vigor da Lei 20/2022¹ – é considerado o “monumento mais polêmico da Espanha contemporânea”² (Ferrándiz, 2019, p. 1). Idealizado por Franco durante a Guerra Civil Espanhola, começou a ser construído em 1940 e foi inaugurado em 1º de abril de 1959, vigésimo aniversário da vitória nacionalista na guerra (Ferrándiz, 2019). De acordo com o portal oficial do Patrimonio Nacional, mantido pelo governo da Espanha, o *Valle de Cuelgamuros*:

Demorou cerca de dezenove anos para ser concluído. Foi construído em boa parte por presos políticos republicanos que trabalharam como mão de obra apenada. Franco o inaugurou em 1 de abril de 1959, no vigésimo aniversário de sua vitória na guerra. Tanto a data escolhida como o conteúdo do discurso inaugural consolidaram o significado franquista e nacional-católico do monumento, que também se expressa em sua arquitetura, em seu programa iconográfico e no marco religioso e legal vigente entre 1957 e 2022.

*O monumento abriga 33.847 vítimas da guerra, das quais mais de 12.000 estão sem identificação. No ano de 2003, descobriu-se a presença de civis republicanos nas criptas, executados pelas forças franquistas que haviam sido trasladados a partir de 1959 de fossas coletivas, sem autorização nem conhecimento de seus familiares. A ausência de uma ressignificação sistemática do monumento durante décadas converteu o Valle de Cuelgamuros no reduto mais polêmico da memória do franquismo.*³

Situado no município de San Lorenzo de El Escorial, a cerca de 45 km de Madrid, o monumento (Figura 1), para além da área arborizada que o cerca, é constituído pela cruz mais

¹ O Valle de Cuelgamuros é tratado, com particular profundidade, no artigo 54 da Lei 20/2022. Cf. Espanha. (2022). Ley 20/2022, de 19 de octubre, de Memoria Democrática. Boletín Oficial del Estado. <https://www.boe.es/buscar/act.php?id=BOE-A-2022-17099>

² No original: “[El Valle de los Caídos es el] monumento más polémico en la España contemporánea” (Ferrándiz, 2019, p. 1). Tradução minha.

³ No original: “Tardó en torno a diecinueve años en acabarse. Fue construido en buena parte por presos políticos republicanos que trabajaron como mano de obra penada. Franco lo inauguró el 1 de abril de 1959, en el vigésimo aniversario de su victoria en la guerra. Tanto la fecha elegida como el contenido del discurso inaugural consolidaron el significado franquista y nacionalcatólico del monumento, que también se expresa en su arquitectura, en su programa iconográfico y en el marco religioso y legal vigente desde 1957 hasta 2022. El monumento alberga 33.847 víctimas de la guerra, de las cuales más de 12.000 están sin identificar. En el año 2003 se descubrió la presencia en las criptas de civiles republicanos ejecutados por las fuerzas franquistas que habían sido trasladados a partir de 1959 desde fosas comunes sin permiso ni conocimiento de sus familiares. La ausencia de una resignificación sistemática en el monumento durante décadas ha convertido al Valle de Cuelgamuros en el reducto más polémico de la memoria del franquismo”. Tradução minha. Cf. Espanha. (s.d.). Valle de Cuelgamuros. Patrimonio Nacional. <https://www.patrimonionacional.es/visita/valle-de-cuelgamuros-0>



alta da atualidade⁴ – pouco mais de 150 metros de altura, com cada “braço” contando com cerca de 24 metros de largura –, de uma basílica sepulcral escavada diretamente na pedra, de uma biblioteca, de uma hospedaria e de uma abadia (Burbano Trimiño, 2015). Descrito por Burbano Trimiño (2015) e por Preston (2012) como sendo a concretização das ideias megalomaniacas de Franco, essa obra, tal como comumente ocorria nos países nazifascistas, estava eivada de uma tentativa de “arte nacional” ou “arte do Estado”, buscando representar as características chauvinistas do regime em seus monumentos⁵.

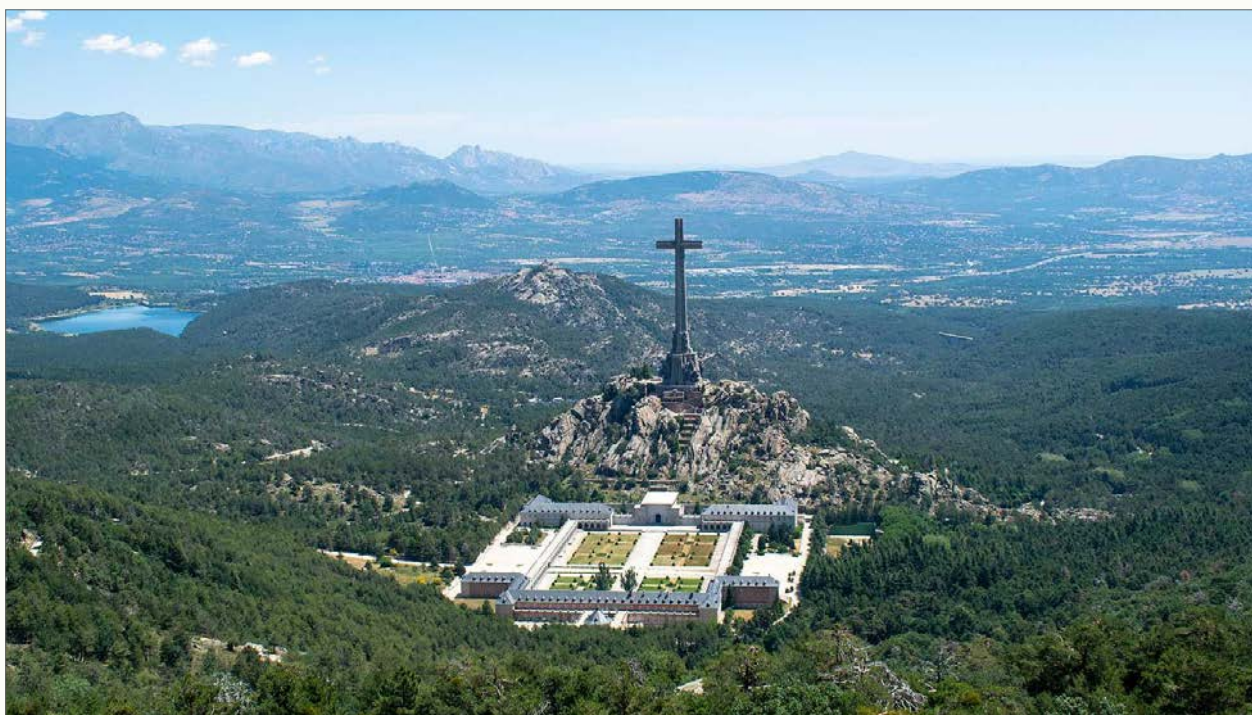


Figura 1 – Valle de Cuelgamuros.

Fonte: Corporación de Radio y Televisión Española (2023)

Burbano Trimiño (2015) atesta para o fato que a construção do movimento não foi uma ideia autônoma, mas sim um ato exercido dentro de um contexto não apenas nacional, como também externo. Em um cenário europeu, o culto aos caídos e aos mártires era típico do fascismo italiano, com o qual o regime franquista possuía uma série de identificações e

⁴ Contando, precisamente, com 152,4m de altura, a cruz do Valle de Cuelgamuros é, segundo o Guinness World Records de 2023, a mais alta na atualidade. <https://www.guinnessworldrecords.com/world-records/118845-largest-free-standing-cross>

⁵ De acordo com Burbano Trimiño: “En el proyecto y la obra del Valle de los Caídos también podemos ver una monumentalidad muy propia de los fascismos. En la búsqueda de un “arte nacional” o un “arte de Estado” que el franquismo intento articular sin grandes éxitos, las aportaciones ideológicas que durante la autarquía fueron el nacionalcatolicismo y el fascismo, aunque no se llegó a una concepción homogénea del mismo como consecuencia de las diferentes corrientes ideológicas que constituían el propio régimen. Se consideraba que un gran Estado necesitaba una gran arquitectura. Por ello era considerada el arte por excelencia y la búsqueda de un estilo para el nuevo régimen era más acusado en ella, aunque al igual que en el arte en general, en la arquitectura en la práctica no se desarrolló un estilo claramente definido. Pero para el caso que nos ocupa, el Valle de los Caídos se puede considerar como una de las expresiones arquitectónicas, e incluso escultóricas, que más se acercan a lo realizado por los nazis, “además de por su colosalismo por su componente mítico, más escatológico que necrófilo” (Burbano Trimiño, 2015, p. 292-293).

proximidades⁶. Em um cenário espanhol imediatamente posterior ao fim da Guerra Civil, essas formas de homenagens aos caídos do lado vencedor já abundavam em placas, monumentos, nomes de ruas, etc., exaltando⁷ a memória dos “mortos vencedores” e apagando a dos “mortos perdedores”. Não obstante, muito embora o intento original fosse apenas de levar ao monumento os corpos dos nacionalistas, suas criptas acabaram recebendo cadáveres de ambos os lados, uma vez que o governo adotou uma política de um “monumento de reconciliação”⁸ (Burbano Trimiño, 2015). Segundo Burbano Trimiño:

a exaltação dos mortos servia para delimitar o campo de vencedores e vencidos no espaço público, e formava parte da lógica de legitimação mediante o martírio. Daí a relevância que teve para o regime fixar a memória em espaços comemorativos e a importância que tiveram os mesmos cadáveres dos caídos, que foram várias vezes desenterrados e reenterrados em função dos interesses do regime (como no caso da própria figura de José Antonio Primo de Rivera, que foi enterrado em Cuelgamuros⁹ depois de duas exumações). Neste marco deve-se entender o Valle de los Caídos como uma culminação dessa política de memória¹⁰ (Burbano Trimiño, 2015, p. 291).

Dessa forma, por meio do Decreto de 1º de abril de 1940, Franco determinou a construção do monumento. Segundo este ato governamental¹¹:

A dimensão da nossa Cruzada, os heroicos sacrifícios que a vitória encerra e a transcendência que teve para o futuro da Espanha esta epopeia não podem ser perpetuados por simples monumentos com os que se comemora em vilas e cidades os feitos relevantes da nossa história e os episódios grandiosos de seus filhos. É necessário que as pedras que se levantem tenham a grandeza dos monumentos antigos, que desafiem o tempo e o esquecimento e que constituam lugar de meditação e de repouso em que as gerações futuras rendam tributo de admiração aos que os legaram uma Espanha melhor. A estes fins responde a escolha de um lugar recôndito onde se levante o templo grandioso de nossos mortos no qual, pelos séculos, se rogue pelos que caíram no caminho de Deus e da Pátria. Lugar perene de peregrinação

⁶ O próprio Mussolini – em conjunto com Hitler – forneceu apoio ao bando nacionalista no início da Guerra Civil Espanhola, disponibilizando transporte e material bélico para os rebeldes.

⁷ A exaltação política dos mortos, de acordo com Sevillano-Calero (2016), fez parte integral da retórica política espanhola desde a Guerra Civil até atingir seu ápice com a construção do *Valle de Cuelgamuros*.

⁸ Muito embora o âmbito analítico do presente trabalho não permita aprofundar, a retórica do regime de Franco mudou muitas vezes durante o período, flutuando entre um tom mais conciliador e um tom mais divisivo. Para aprofundamento, ver Burbano Trimiño (2015).

⁹ À época do trabalho de Burbano Trimiño o monumento ainda era denominado *Valle de los Caídos*. A menção a *Cuelgamuros*, nesse contexto, referia-se ao nome do local (geográfico) onde está situado o vale.

¹⁰ No original: “la exaltación de los muertos servía para delimitar el campo de vencedores y vencidos en el espacio público, y formaba parte de una lógica de legitimación mediante el martirio. De ahí la relevancia que tuvo para el régimen fijar la memoria en espacios conmemorativos y la importancia que tuvieron los mismos cadáveres de los caídos, que fueron varias veces desenterrados y vueltos a enterrar en función de los intereses del régimen (como en el caso de la propia figura de José Antonio Primo de Rivera que fue ubicado en Cuelgamuros tras dos exhumaciones). En este marco se debe entender el Valle de los Caídos, como una culminación de esta política de memoria” (Burbano Trimiño, 2015, p. 291). Tradução minha.

¹¹ O próprio decreto não contava com a indicação de nomenclatura do monumento. O nome “*Valle de los Caídos*” partiu da imprensa diária espanhola (Tebar Hurtado, 2021).



*em que a grandiosidade da natureza ponha um marco digno no campo em que repousem os heróis e mártires da Cruzada.*¹² (tradução minha).

A obra, levada à cabo pelos arquitetos Pedro Muguruza Otaño (1940-1950) e Diego Méndez González (1950-1958), foi pessoalmente dirigida, em seus detalhes, pelo próprio Franco, sendo mantida em relativo sigilo até sua conclusão no ano de 1958 (Cirici, 1977). Para além dos trabalhadores contratados, a construção contou com trabalho apenas de presos políticos que estavam sob o regime de redenção de penas por meio de trabalho¹³ (Burbano Trimiño, 2015; Ferrándiz, 2021). O uso dessa forma de mão de obra, efetuado até cerca do ano de 1950, envolveu cerca de 20.000 prisioneiros (Preston, 2012; Burbano Trimiño, 2015). Os trabalhadores forçados (majoritariamente prisioneiros de guerra e presos políticos), segundo Cirici (1977), eram “alugados” pelo Estado para as empresas responsáveis pela construção do monumento. Muitos desses trabalhadores, a pesar do risco inerente à perfuração da pedra com dinamite, preferiram submeter-se ao sistema de redenção de penas para fugir a destinos piores (Cirici, 1977).

O monumento, tão logo completo, foi sendo “preenchido” com mortos de ambos os lados – seguindo a retórica franquista de assimilação dos perdedores, convertidos em “sacrificados” (Benavent, 2022), e a retórica católica¹⁴ de um monumento de perdão (Burbano Trimiño, 2015) – chegando à cifra de cerca de 34.000 cadáveres, dos quais cerca de 12.000 ainda não foram identificados¹⁵. José António Primo de Rivera, líder da Falange que foi executado em 1936, teve seus restos mortais levados para enterro ao lado do altar principal do monumento em 1959. O próprio Franco, “o último caído”, morreu em 20 de novembro de 1975 e foi enterrado do *Valle de Cuelgamuros* três dias depois (Tebar Hurtado, 2021).

Os monumentos funerários como lugares de memória

Partilhamos com Pollak (1989) a definição de que os monumentos são rastros do enquadramento da memória. O termo “lugares de memória” (*lieu de memoire*, no original), como categoria de análise, são oriundos dos estudos de Pierre Nora. Segundo o autor:

¹² Espanha. (1940). Decreto de 1 de abril de 1940 disponiendo se alcen Basílica, Monasterio y Cuartel de Juventudes, em la finca situada em las vertientes de la Sierra de Guadarrama (El Escorial), conocida por Cuelga-muros, para perpetuar la memoria de los caídos en nuestra Gloriosa Cruzada. Boletín Oficial del Estado, p. 2240. <https://www.boe.es/datos/pdfs/BOE//1940/093/A02240-02240.pdf>

¹³ De acordo com Burbano Trimiño (2015): “Uno de los aspectos más destacados de su construcción fue la utilización de presos políticos bajo el sistema de Redención de Penas por el Trabajo (aunque también participaron obreros libres en las obras). Al igual que en otros destacamentos penales, el Estado alquiló los reclusos a las empresas encargadas de la construcción del monumento. Una pequeña parte del pago de las empresas era entregado a los presos, y el resto iba a las arcas del Estado. De esta forma, la administración franquista se ahorra los gastos que suponían el mantenimiento de su población reclusa. Para muchas empresas, la contratación de presos a un menor precio que un trabajar libre supuso una importante acumulación de capital” (p. 297).

¹⁴ As relações entre a Igreja Católica espanhola e o regime capitaneado por Franco, muito embora numerosas e de considerável importância para a manutenção do regime, não podem ser detalhadas aqui por limitação de escopo. Para aprofundamento, ver Cavichioli e Gallo (2022).

¹⁵ Por qué se llama Valle de Cuelgamuros al Valle de los Caídos. (2023, 12 de junho). *El Mundo*. <https://www.elmundo.es/como/2023/06/12/6486cc0cfc6c8394438b45ab.html>



Se a expressão lieu de memoire precisa ter uma definição oficial, deve ser esta: um lieu de memoire é qualquer entidade significativa, seja de natureza material ou não material, a qual, pela força da vontade humana ou pelo trabalho do tempo, se tornou um elemento simbólico do patrimônio memorial de qualquer comunidade¹⁶ (Nora, 1996, p. XVII).

Dentre os lugares de memória analisados por Nora (1996), se encontram os monumentos fúnebres, pois, de acordo com o autor, “qualquer coisa que tenha a ver com o culto dos mortos, a herança nacional ou a presença do passado pode ser considerado um *lieu de memoire*”¹⁷ (Nora, 1996, p. 16).

Os monumentos, de acordo com Le Goff (1990), tendem a se especializar em dois sentidos: ou se tornam “uma obra comemorativa de arquitetura ou de escultura” (p. 540) ou se tornam “um monumento funerário destinado a perpetuar a recordação de uma pessoa no domínio em que a memória é particularmente valorizada: a morte” (p. 540). No caso concreto, o *Valle de Cuelgamuros* parece ter se especializado em ambos esses sentidos, sendo, simultaneamente, uma obra comemorativa da vitória do bando sublevado comandado por Franco na Guerra Civil Espanhola e uma obra destinada a perpetuar a recordação de Primo de Rivera e de Franco – além dos outros caídos anônimos – no momento de suas mortes, cumprindo com o poder de perpetuação inerente aos monumentos (Le Goff, 1990).

Monumentos tumulares, por suas próprias características de locais onde, para além do descanso final dos restos mortais de uma pessoa, também se reúnem outras para recordar da vida e legado daqueles que ali jazem, podem ser considerados lugares de memória no sentido cunhado por Nora. Segundo Bastianello e Cerqueira (2010):

O cemitério compreende o lugar de rememoração, pois ele compensará o lugar de recusa do esquecimento do sepultado pela objetivação da necessidade de ganhar a eternidade, é o parar o tempo e, de certa maneira, a imortalização da morte. Entendemos que a memória e o esquecimento mantêm a mesma relação que une a vida e a morte, e os vivos não querem ser esquecidos depois de mortos. Desta forma, o túmulo, ou monumento tumular, se tornaria um lugar de memória, porque a sua edificação lhe oportunizaria o direito à memória, a imortalização do sepultado na terra (Bastianello & Cerqueira, 2010, p. 4).

Guixé et al. (2018), em seu projeto para o *Valle de Cuelgamuros*, descreveram a necessidade de uma alteração do paradigma do monumento, conceituando os memoriais de guerra – tal como o próprio Valle – como lugares de memória:

Ao mesmo tempo, o lugar de memória deve transmitir conhecimento crítico, a experiência da aprendizagem através da pedagogia pública e cidadã da sociedade que cresce em paz e em democracia, mas não

¹⁶ No original: “If the expression lieu de memoire must have an official definition, it should be this: a lieu de memoire is any significant entity, whether material or non-material in nature, which by dint of human will or the work of time has become a symbolic element of the memorial heritage of any community” (Nora, 1996, p. XVII). Tradução minha.

¹⁷ No original: “anything having to do with the cult of the dead, the national heritage, or the presence of the past can be considered a *lieu de memoire*” (Nora, 1996, p. 16). Tradução minha

ignorante. É complexo, conflitivo e pouco consensual atuar ou abordar esses temas em espaços, monumentos ou edifícios filhos da barbárie, da antidemocracia e da ocultação da realidade histórica. Uma realidade que esconde e alberga o incômodo da violência entre vizinhos e famílias; uma história que remove injustiças de uma sociedade tensa e vingativa, onde foi mais fácil matar que sobreviver. Não é simples atuar nessas circunstâncias, mas o tempo, a justiça e a decisão política devem exercer o direito de recuperar o passado em prol da democracia, do presente e do futuro¹⁸ (Guixé et. al., 2018, p. 8).

Ainda de acordo com Bastianello e Cerqueira (2010):

Entendemos que o monumento tumular e seus artefatos contribuem para o simbolismo do funeral, para dar visibilidade à memória de um vazio, pois a memória se arraiga no concreto, na cultura material. Assim, esse espaço deve ser lido como um lugar para a memória, porque enfoca o ato de lembrar o morto, envolvendo um ritual coletivo. O seu reconhecimento e a relevância histórica estruturam no pressuposto de que o cemitério é um espaço de construção e reconstrução de memória coletiva (Bastianello & Cerqueira, 2010, p. 7).

A cristalização das memórias em meio físico por meio da criação de monumentos que atestam, de forma atemporal e permanente, a lembrança de um momento histórico, impedem o esquecimento e, ao mesmo tempo, submetem essas memórias – e os próprios monumentos – aos processos de resignificação (Jelin, 2017). Essa resignificação, no caso analisado, é demonstrada pelo empenho político demonstrado pelo governo espanhol em efetuar uma ruptura simbólica com o passado franquista e restaurar a dignidade das vítimas da ditadura e da guerra civil já a partir da exumação dos restos de Franco do *Valle de Cuelgamuros*¹⁹ (Espanha, 2022).

Por derradeiro, encerrando a breve e enxuta demonstração da base teórica sob a qual é assentado o presente estudo, é reforçado o papel do monumento tumular como lugar de memória propriamente dito e de evocação das lembranças de momentos históricos. Por serem esses monumentos lugares de memória, estão sujeitos, conforme já mencionado, aos processos de resignificação e em constante disputa pelo seu sentido. O que pode ser demonstrado por meio da análise do processo de exumação dos restos mortais de Francisco

¹⁸ No original: “Al mismo tiempo, el lugar de memoria debe transmitir conocimiento crítico, la experiencia del aprendizaje a través de la pedagogía pública y ciudadana de la sociedad que crece en paz y en democracia, pero no ignorante. Es complejo, conflictivo y poco consensual actuar o abordar estos temas en espacios, monumentos o edificios hijos de la barbarie, de la antidemocracia y de la ocultación de la realidad histórica. Una realidad que esconde y alberga la incomodidad de la violencia entre vecinos y familias; una historia que remueve injusticias de una sociedad tensa y vengativa, donde fue más fácil matar que sobrevivir. No es sencillo actuar en esas circunstancias, pero el tiempo, la justicia y la decisión política deben ejercer el derecho a recuperar el pasado en aras de la democracia, del presente y del futuro” (p. 8). Tradução minha.

¹⁹ De acordo com o preâmbulo da *Ley de Memoria Democrática*: “La exhumación de los restos del dictador Francisco Franco del Valle de los Caídos el 24 de octubre de 2019, en cumplimiento del mandato parlamentario de 11 de mayo de 2017, ha constituido un hito histórico sumamente simbólico y de ruptura objetiva con el pasado franquista que, avalado por los tres poderes constitucionales, ha supuesto un acto de justicia y dignidad con las víctimas del franquismo y un triunfo de nuestra democracia” Espanha. (2022). Ley 20/2022, de 19 de octubre, de Memoria Democrática. Boletín Oficial del Estado. <https://www.boe.es/buscar/act.php?id=BOE-A-2022-17099>

Franco e José Primo de Rivera do *Valle de Cuelgamuros*, como parte das políticas de memória recentemente adotadas pelo governo socialista da Espanha, sob o argumento de que, numa democracia, um monumento funerário estatal não pode abrigar o túmulo de um ditador.

Os governos do Partido Socialista Obrero Español e as políticas de memória

Os governos do Partido Socialista Obrero Español (PSOE)²⁰, ao menos desde os governos de José Luis Zapatero (2004-2011) (Ferrándiz, 2022), vêm implantando uma série de políticas de memória que buscam, prioritariamente, reparações econômicas e simbólicas às pessoas afetadas pela violência da Guerra Civil e da ditadura de Franco²¹. Acerca da relação entre morte e política – em especial as políticas de memória – aduz Piovesan que os

esforços em enterrar ou reenterrar os caídos, as obras erguidas em sua homenagem, as manifestações públicas de luto e rememoração dos mortos são influenciadas por diversos fatores. Dentre eles, pela forma que assume o aparelho de Estado, o regime político, a cultura pré-existente em relação aos mortos e as necessidades psicológicas dos que perderam seus entes queridos, apenas para citar os fatores mais importantes. A forma e o conteúdo assumido por esses processos históricos, em especial no imediato pós-guerra, podem variar conforme cada sociedade e país. Cabe ao estudioso o desafio de analisá-las (Piovesan, 2016, p. 337).

Essas medidas, atrasadas ou interrompidas durante os governos do Partido Popular (PP)²² encabeçados por Mariano Rajoy (2011-2018), foram retomadas tão logo quando do retorno do PSOE ao poder e o início do governo de Pedro Sánchez (2018-atualmente) (Ferrándiz, 2022). Cabe ressaltar que o próprio governo comandado por Franco já se utilizava de políticas de memória para moldar a Espanha saída da Guerra Civil, sendo o próprio *Valle de los Caídos* concebido como um instrumento de criação de uma dada memória política. Segundo Bernecker:

*Os franquistas participaram uma política de memória desde o primeiro dia da Guerra Civil. Imediatamente, se adonaram do espaço público, eliminaram símbolos democráticos, mudaram os nomes de ruas e praças, organizaram festividades e manifestações. Se esforçaram para legitimar seu domínio com uma política simbólica e para estabilizar o regime. Trataram de eliminar, por meio de uma *damnatio historiae*,*

²⁰ Por “governos do PSOE” entende-se os governos a nível nacional, excluindo-se atos de governos municipais, provinciais, de comunidades autônomas ou de cidades autônomas. Para maior aprofundamento sobre as dinâmicas nesses níveis de governo, ver Palacios Gonzales (2023).

²¹ Espanha. (2007). Ley 57/2007, de 26 de diciembre, por la que se reconocen y amplían derechos y se establecen medidas en favor de quienes padecieron persecución o violencia durante la guerra civil y la dictadura. Boletín Oficial del Estado. <https://www.boe.es/buscar/act.php?id=BOE-A-2007-22296> e Espanha. (2022). Ley 20/2022, de 19 de octubre, de Memoria Democrática. Boletín Oficial del Estado. <https://www.boe.es/buscar/act.php?id=BOE-A-2022-17099>

²² Não serão demoradamente analisados os argumentos e as medidas do Partido Popular (PP), principal adversário do PSOE, acerca desses processos. Para aprofundamento, ver Ayala Wold (2021) e Ferrándiz (2022).



*todo tipo de recordação histórica que não se deixava enquadrar na tradição do levantamento de 18 de julho*²³ (Bernecker, 2011, p. 66).

Após o retorno da democracia à Espanha, as principais políticas de memória do período analisado (2007-2023)²⁴ foram a *Ley de Memoria Histórica* (Ley 57/2007), a *Ley de Memoria Democrática* (Ley 22/2022) e, no âmbito dessa última, as exumações de Franco e Primo de Rivera (na esteira das de Emilio Mola e José Sanjurjo²⁵).

A *Ley de Memoria Histórica*, promulgada em 26 de dezembro de 2007 durante o primeiro governo Zapatero²⁶ (PSOE), tinha como objetivo:

*reconhecer e ampliar direitos a favor daqueles que padeceram de perseguição ou violência, por razões políticas, ideológicas, ou de crença religiosa, durante a Guerra Civil e a Ditadura, promover sua reparação moral e a recuperação de sua memória pessoal e familiar, e adotar medidas complementares destinadas a suprimir elementos de divisão entre os cidadãos, tudo isso com o fim de fomentar a coesão e solidariedade entre as diversas gerações de espanhóis em torno dos princípios, valores e liberdades constitucionais*²⁷.

A Ley 57/2007, em seu teor, estabelecia, principalmente, medidas de reparação pecuniária, de reconhecimento das vítimas e de seus familiares, de abertura dos processos de exumação das valas/covas comuns e identificação das vítimas, da concessão de nacionalidade espanhola aos voluntários das Brigadas Internacionais, da criação do *Centro Documental de la Memoria Histórica* e do *Archivo General de la Guerra Civil*, de remoção de símbolos e monumentos públicos comemorativos do franquismo – compreendendo tanto o movimento sublevado de 1936, a Guerra Civil e a ditadura – e, como parte mais importante para a análise do presente trabalho, da criação de um regramento relativo ao então *Valle de los Caídos*. Conforme o Artigo 16,

²³ No original: “Los franquistas practicaron una política de la memoria desde el primer día de la Guerra Civil. Inmediatamente, se adueñaron del espacio público, eliminaron símbolos democráticos, cambiaron los nombres de calles y plazas, organizaron festividades y manifestaciones. Se esforzaron por legitimar su dominio con una política simbólica y por estabilizar el régimen. Trataron de eliminar, por medio de una *damnatio historiae*, todo tipo de recuerdo histórico, que no se dejaba encuadrar en la tradición del alzamiento del 18 de julio” (Bernecker, 2011, p. 66). Tradução minha.

²⁴ Por razões de limitação de espaço no presente artigo não serão detalhadas as discussões e as forças sociais e políticas que defenderam ou criticaram o advento dessas medidas. Dentre outros diplomas legais que podem ser mencionados estão as Leis 5/1979, 35/1980, 6/1982, 37/1984 e o Real Decreto 39/1996.

²⁵ Emilio Mola (1887-1937) e José Sanjurjo (1872-1936), gerais que participaram juntamente com Franco da tentativa de Golpe de Estado de julho de 1936, estavam enterrados no Monumento a los Caídos de Pamplona e foram exumados no ano de 2016 (Ferrándiz, 2022). Os restos mortais de Mola foram cremados após a exumação. Os restos mortais de Sanjurjo foram trasladados para um cemitério na cidade de Melilla.

²⁶ Sob pressão dos movimentos sociais por memória, segundo Ferrándiz (2021).

²⁷ No original: “Artículo 1. Objeto de la Ley. 1. La presente Ley tiene por objeto reconocer y ampliar derechos a favor de quienes padecieron persecución o violencia, por razones políticas, ideológicas, o de creencia religiosa, durante la Guerra Civil y la Dictadura, promover su reparación moral y la recuperación de su memoria personal y familiar, y adoptar medidas complementarias destinadas a suprimir elementos de división entre los ciudadanos, todo ello con el fin de fomentar la cohesión y solidaridad entre las diversas generaciones de españoles en torno a los principios, valores y libertades constitucionales”. Tradução minha. Cf. Espanha. (2007). Ley 57/2007, já citada anteriormente.

1. *O Valle de los Caídos reger-se-á estritamente pelas normas aplicáveis com caráter geral aos lugares de culto e aos cemitérios públicos.*
2. *Em nenhum lugar do recinto poderão ser levados a cabo atos de natureza política nem exaltadores da Guerra Civil, de seus protagonistas ou do franquismo.*
3. *No Valle de los Caídos somente poderão fazer os restos mortais de pessoas falecidas como consequência da Guerra Civil espanhola, como lugar de comemoração, recordação e homenagem às vítimas da contenda.²⁸*

Ao fim do segundo governo de Zapatero, com a eleição de Mariano Rajoy (PP) para a Presidência do Governo e sob alegações do novo governante de que pretendia evitar tanto os gastos públicos quanto a “reabertura” de feridas do passado, foram aplicadas as medidas que Ayala Wold (2021) denominou de “política do esquecimento”²⁹. Neste contexto, as verbas destinadas ao cumprimento das medidas preconizadas pela Ley 57/2007 – incluindo as instituições criadas por essa lei – foram suprimidas, impedindo a continuidade dos trabalhos. Ironicamente, ao mesmo tempo em que Rajoy defendia as decisões de seu governo em desfavor das políticas de memória anteriormente em vigor, a *Fundación Francisco Franco*, gerida por sucessores e simpatizantes do ditador morto, recebeu cerca de 150 mil euros ao ano como subvenção estatal, gerando polêmica (Ayala Wold, 2021). Uma moção de censura apresentada pelo PSOE³⁰ e apoiada por outros partidos ocasionou a queda do governo de Rajoy e o início do governo de Pedro Sánchez (PSOE) em 2018.

O novo Presidente do Governo, ainda no ano de 2018, prometeu dar prosseguimento³¹ ao projeto do próprio PSOE, aprovado na *Camara de los Diputados* em 2017, que aprovou a remoção dos restos mortais de Franco do então *Valle de los Caídos*³². Essa aprovação pelo legislativo espanhol, contudo não bastou por si só para levar à cabo a exumação de Franco. Diversas medidas legais interpostas pela família do falecido ditador, levando o assunto a ser

²⁸ No original: “Artículo 16. Valle de los Caídos. 1. El Valle de los Caídos se regirá estrictamente por las normas aplicables con carácter general a los lugares de culto y a los cementerios públicos. 2. En ningún lugar del recinto podrán llevarse a cabo actos de naturaleza política ni exaltadores de la Guerra Civil, de sus protagonistas, o del franquismo. 3. En el Valle de los Caídos sólo podrán yacer los restos mortales de personas fallecidas a consecuencia de la Guerra Civil española, como lugar de conmemoración, recuerdo y homenaje a las víctimas de la contienda”. Tradução minha. Cf. Espanha. (2007). Ley 57/2007, já citada anteriormente.

²⁹ O esquecimento, como estratégia política, é detalhadamente abordado por Araújo e Santos (2007). Não obstante, é importante observar a conclusão efetuada por Colom González (2014) de que é necessária a memória para honrar as vítimas e restaurar sua dignidade, não o esquecimento.

³⁰ É importante ressaltar, por honestidade argumentativa, que a moção de censura que derrubou o governo de Rajoy não parece ter sido motivada, de qualquer maneira explícita, pela gestão das políticas de memória do governo do PP, mas sim por conta do escândalo Gürtel, uma rede de corrupção vinculada ao PP que funcionava nas cidades de Madrid e Valencia.

³¹ É importante ressaltar, novamente por honestidade argumentativa, que os pleitos pela remoção dos restos mortais de Franco são reiteradamente encontrados desde – ao menos – o retorno da democracia à Espanha, não sendo possível atribuir ao PSOE a origem desse movimento. É possível afirmar, por outro lado, que o projeto que concretizou o intento foi de autoria do PSOE, que solicita a exumação ao menos desde 2013. Cf. El PSOE pide la exhumación de Franco del Valle de los Caídos. (2013, 29 de outubro). *El País*. https://elpais.com/politica/2013/10/29/actualidad/1383064177_944837.html

³² *El Congreso aprueba la exhumación de los restos de Franco del Valle de los Caídos*. (2017, 11 de maio). *Expansión*. <https://www.expansion.com/economia/politica/2017/05/11/59144686ca474156268b460f.html>



decidido pelo Tribunal Supremo da Espanha. Em julgado, o órgão decidiu (STS 2834/2019³³) por rejeitar todos os argumentos dos familiares de Franco e possibilitar a exumação e traslado dos restos mortais do *Caudillo* para um cemitério comum em Madrid. Esse julgado, ademais, também serviu de resposta à recalcitrância dos sacerdotes da Basílica do então Valle de los Caídos, que indicaram a possibilidade de não autorizar o procedimento, e de outras instâncias judiciais inferiores com quem havia conflito de competência para a decisão.³⁴

A exumação foi finalmente concretizada em 24 de outubro de 2019, quase 44 anos após o enterro do ditador na basílica do monumento.³⁵ Os restos mortais, transportados para fora da basílica por membros da família Franco, foram embarcados em um helicóptero e transportados até o *Cementerio de Mingorrubio*, em Madrid, onde foram enterrados no mausoléu da família³⁶.

A despeito de sua importância simbólica, essa medida não foi a última a ser tomada pelo PSOE. Em que pese uma renovada torrente de resistência das direitas espanholas³⁷, o governo de Pedro Sánchez obteve apoios suficientes para aprovar a já referida *Ley de la Memoria Democrática* de 2022. O novo diploma legal, que revogou a *Ley 57/2007* (mas não a Lei de Anistia de 1977), aprofundou ainda mais os entendimentos trazidos pela lei anterior, trazendo também uma série de novas medidas que refletiam a evolução das políticas de memória espanholas do período.

Entre as inovações trazidas pela *Ley de la Memoria Democrática* de 2022 estão o refino na definição de vítima no contexto espanhol, a adoção integral do princípio de memória democrática como norteador das políticas públicas nos variados níveis da administração pública, a adoção novas medidas de reparações e reconhecimento às vítimas (com algum foco para as mulheres vitimadas), a criação de agências e instituições responsáveis por levar a cabo as novas determinações legais, a atualização de fontes, condições e censos, o direito à verdade como princípio, a acessibilidade de dados à pesquisa historiográfica, a supressão de títulos nobiliários e revogação de homenagens a apoiadores do regime e, como modificação

³³ O texto da decisão indica: “Esta Sala ha visto el recurso contencioso-administrativo n.º 75/2019, seguido en esta Sección Cuarta de la Sala Tercera del Tribunal Supremo, interpuesto por doña Erica, doña Josefina, doña Natividad, don Raimundo, doña Socorro, don Martin y don Roque, contra el acuerdo del Consejo de Ministros de 15 de febrero de 2019, por el que se resuelve el procedimiento para dar cumplimiento a lo previsto en el artículo 16.3 de la Ley 52/2007, de 26 de diciembre, por la que se reconocen y amplían derechos y se establecen medidas en favor de quienes padecieron persecución o violencia durante la Guerra Civil y Dictadura, ampliado, posteriormente, al acuerdo del Consejo de Ministros de 15 de marzo de 2019, por el que se adoptan medidas complementarias en el marco de lo previsto por el apartado segundo del anterior acuerdo de 15 de febrero de 2019”. Cf. Tribunal Supremo. (2019). STS 2834/2019 – ECLI:ES:TS:2019:2834. Tribunal Supremo. Sala de lo Contencioso, sección 4 e Espanha. (2007). *Ley 57/2007*, já citada anteriormente, p. 2.

³⁴ El prior del Valle de los Caídos desacata la sentencia del Supremo y no autoriza la exhumación de Franco. (2019, 9 de outubro). *El Diario*. https://www.eldiario.es/sociedad/valle-de-los-caidos-exhumacion-franco_1_1324031.html e Así desmonta el Supremo las trabas de los monjes y del juez que alega riesgos al mover la lápida. (2019, 25 de setembro). *El Español*. https://www.elespanol.com/espana/tribunales/20190925/desmonta-supremo-trabas-monjes-alega-riesgos-lapida/431707488_0.html

³⁵ De acordo com Casanova (2005), alguns setores ligados à Igreja Católica chegaram a pedir a canonização de Franco logo na sequência de sua morte em 1975.

³⁶ Franco exhumation: Spanish dictator’s remains moved. (2019, 24 de outubro). *BBC*. <https://www.bbc.com/news/world-europe-50164806>

³⁷ Senado de España. (2022). *Proyecto de Ley de Memoria Democrática*. XIV Legislatura. <https://www.senado.es/web/actividadparlamentaria/iniciativas/detalleiniciativa/index.html?legis=14&id1=621&id2=000057>.



mais importante para o presente estudo, a alteração do nome e das normas relativas ao *Valle de Cuelgamuros*.

De acordo com o artigo 54 da *Ley de la Memoria Democrática*:

1. *Modifica-se a denominação do “Valle de los Caídos”, para ser denominado “Valle de Cuelgamuros”, como um lugar de memória democrática cuja ressignificação será destinada a dar a conhecer, através de planos e mecanismos de investigação e difusão, as circunstâncias de sua construção, o período histórico em que se insere e seu significado, com o fim de fortalecer os valores constitucionais e democráticos.*

2. *Em nenhum lugar do recinto poderão levar-se a cabo atos de natureza política nem de exaltação da Guerra, de seus protagonistas ou da Ditadura.*

3. *As criptas adjacentes à Basílica e os enterros existentes na mesma têm o caráter de cemitério civil.*

4. *No Valle de Cuelgamuros somente poderão fazer os restos mortais de pessoas falecidas em consequência da Guerra, como lugar de reconhecimento, comemoração, memória e homenagem às vítimas ali enterradas.*

Da mesma forma, proceder-se-á a realocação de qualquer resto mortal que ocupe um lugar preeminente no recinto.³⁸

Essas alterações – em especial a constante no item 2 do artigo 54 da *Ley 20/2022* – permitiram, em 24 de abril de 2023, a exumação do corpo do fundador da Falange Espanhola, José Antonio Primo de Rivera³⁹ que estava enterrado no *Valle de Cuelgamuros* desde 1º de abril de 1959 (Ferrándiz, 2022). Diferentemente do que havia acontecido no caso da exumação de Franco, mesmo os membros mais conservadores da comissão responsável por estudar a realocação dos restos mortais não fizeram qualquer objeção à exumação de Primo de Rivera (Ferrándiz, 2021).

³⁸ No original: “Artículo 54. Valle de los Caídos. 1. Se modifica la denominación del «Valle de los Caídos», para ser denominado Valle de Cuelgamuros, como un lugar de memoria democrática cuya ressignificación irá destinada a dar a conocer, a través de planes y mecanismos de investigación y difusión, las circunstancias de su construcción, el periodo histórico en el que se inserta y su significado, con el fin de fortalecer los valores constitucionales y democráticos. 2. En ningún lugar del recinto podrán llevarse a cabo actos de naturaleza política ni de exaltación de la Guerra, de sus protagonistas o de la Dictadura. 3. Las criptas adyacentes a la Basílica y los enterramientos existentes en la misma tienen el carácter de cementerio civil”. 4. En el Valle de Cuelgamuros solo podrán yacer los restos mortales de personas fallecidas a consecuencia de la Guerra, como lugar de reconocimiento, conmemoración, recuerdo y homenaje a las víctimas allí inhumadas. Asimismo, se procederá a la reubicación de cualquier resto mortal que ocupe un lugar preeminente en el recinto” (Espanha, 2022). Tradução minha.

³⁹ Concluye la exhumación de Primo de Rivera con tensión entre falangistas y la Policía frente al cementerio de San Isidro. (2023, 24 de abril). *El Mundo*. <https://www.elmundo.es/espana/2023/04/24/64461438e4d4d88b608b456e.html#>



A dimensão política dos túmulos de Franco e Primo de Rivera e as exumações como política de memória

Talvez, a esse ponto da presente análise, caiba reforçar o papel de centralidade das exumações de Franco e Primo de Rivera no marco das políticas de memória adotadas pelos governos do PSOE. Essa centralidade é reforçada não apenas pelas declarações oficiais do próprio partido, mas também pelo simbolismo em torno de sua presença no *Valle de Cuelgamuros*. De acordo com Ferrándiz:

Embora não oferecia dúvidas, o perfil militarista do Valle, e sua conexão com o franquismo se agudizaram sobremaneira em 1975. Embora não esteja claro como se chegou à decisão de enterrar o ditador no monumento, três dias depois de sua morte (20 de novembro) foi trasladado ao Valle, depois de uma vigília de dois dias no Palácio Real na qual compareceram milhares de pessoas. Enterrado com seu uniforme de gala, foi colocado justamente atrás do altar, configurando um eixo memorial muito poderoso com a tumba de Primo de Rivera. O feito de que Franco morreu no mesmo dia que Primo de Rivera, embora com 39 anos de diferença, fortaleceu o simbolismo de uma data que já era chave no esquema memorial do franquismo. Assim, o Valle se converteu no principal lugar de nostalgia militarista de tempos passados. Embora seu número diminuiu com o tempo, grupos de simpatizantes franquistas e membros da Falange organizaram rituais comemorativos, incluindo desfiles militares desde Madrid até o Valle, saudações romanas e o canto de hinos fascistas junto às lápides⁴⁰ (Ferrándiz, 2022, p. 81).

A coincidência de datas – execução de Primo de Rivera pelo Governo Republicano em 1936 e a morte de Franco em 1975 (Ferrándiz, 2021) – tornou o 20 de novembro (20N ou 20-N) um dia de celebração e memória em comum entre franquistas e falangistas, dois grupos que, a despeito de possuírem aproximações ideológicas, possuem conflitos e afastamentos entre si, disputando a memória e o próprio significado do falangismo (Sanz Hoya, 2013). Para além da questão das datas, a concentração dos restos mortais de ambos em um local único proporcionou a transformação do *Valle de Cuelgamuros* em um local de peregrinação dos nostálgicos do franquismo e do falangismo (como o próprio Franco havia entendido que fosse, conforme o teor do Decreto que ordenava a construção do monumento). A data, de acordo com o levantamento do jornal *El País*⁴¹, foi marcada por manifestações de extrema-direita

⁴⁰ No original: “Aunque no ofrecía dudas, el perfil militarista del Valle, y su conexión con el franquismo, se agudizaron sobremanera en 1975. Aunque no está claro cómo se llegó a la decisión de enterrar al dictador en el monumento, tres días después de su muerte (el 20 de noviembre) fue trasladado al Valle, tras una vigilia de dos días en el Palacio Real a la que acudieron miles de personas. Enterrado con su uniforme de gala, fue colocado justo detrás del altar, configurando un eje memorial muy poderoso con la tumba de Primo de Rivera. El hecho de que Franco muriera el mismo día que Primo de Rivera, aunque con 39 años de diferencia, fortaleció el simbolismo de una fecha que ya era clave en el esquema memorial del franquismo. Así, el Valle se convirtió en el principal lugar de nostalgia militarista de tiempos pasados. Aunque su número disminuyó con el tiempo, grupos de simpatizantes franquistas y miembros de la Falange organizaron rituales conmemorativos, incluyendo desfiles militares desde Madrid hasta el Valle, saludos romanos y el canto de himnos fascistas junto a las lápidas” (Ferrándiz, 2022, p. 81). Tradução minha.

⁴¹ 40º Aniversario del 20N: La transformación de un país. (2015, 20 de novembro). *El País*. <https://elpais.com/especiales/2015/aniversario-20-n/>



desde sua ocorrência no ano de 1976, primeiro aniversário da morte de Franco. A tradição foi mantida, tendo por palco o *Valle de los Caídos*, até o ano de 2018. Segundo Ferrándiz:

Por décadas, em cada 20 de novembro, o Valle virou o local principal de nostalgia pelos tempos passados. [...] Em suas homilias desatualizadas, os beneditinos ainda fazem preces diárias pela “unidade da Espanha” e o sangue derramado pelos mártires da Guerra Civil. Embora eles clamem rezar por todos aqueles que morreram na guerra, de ambos os lados, há poucas dúvidas que as missas que eles celebram honram Franco e seu legado histórico e moral, como expressado nesse massivo monumento e sua hierarquia funerária. Enquanto a tumba de José Antonio estava perdendo proeminência ao passar do tempo, o túmulo de Franco, e mais especificamente seus restos, tornaram-se o último bastião da prolongada, mas decadente, soberania de seu regime⁴² (Ferrándiz, 2021, p. 228).

Após a posse de Pedro Sánchez, em 2018, o governo do PSOE pôs em marcha os planos de exumar os restos mortais de Franco, intento que foi devidamente concretizado em 24 de outubro daquele ano. Cerca de um mês antes da efetivação da exumação, Pedro Sánchez, em reunião da Assembléia Geral da ONU, discursou sobre a importância do ato, afirmando que “Franco não merece um lugar de culto. Com a exumação encerramos um capítulo obscuro de nossa história”.⁴³

A *Ley 20/2022*, promulgada cerca de três anos depois da exumação de Franco, embora apresentasse um aprofundamento das proibições à glorificação dos responsáveis pela Guerra Civil e pela ditadura subsequente, foi desafiada pelos apoiadores do franquismo e pelos militantes falangistas – habituados em fazer sua reunião anual do 20 de novembro no *Valle de Cuelgamuros* (Ferrándiz, 2021) – que convocaram atos pelo país apesar da entrada em vigor (cerca de um mês antes do 20-N) da *Ley de Memoria Democrática*.

No 20 de novembro de 2022, a despeito das novas restrições legais, os franquistas e os falangistas organizaram e levaram a cabo, principalmente em Madrid, atos de exaltação de Franco, de Primo de Rivera e da ditadura. Entoaram palavras de ordem e a música “Cara al Sol”, tradicionalmente cantada pelos falangistas. Os atos também envolveram cerimônias religiosas e discursos públicos contra a *Ley de Memoria Democrática*⁴⁴. A reação do governo do PSOE, por meio da Secretaria de Memória Democrática, foi anunciar que estava estudando a aplicação

⁴² No original: “For decades, on every 20th of November the Valley became the main site of nostalgia for bygone times. [...] In their outdated homilies, the Benedictines still say daily prayers for the “unity of Spain” and the blood shed by Civil War martyrs. Although they claim to pray for all who died in the war, from both sides, there is little doubt that the masses they celebrate honor Franco and his historical and moral legacy, as expressed in this massive monument and its funerary hierarchy. While José Antonio’s tomb was losing prominence over time, Franco’s grave, and more specifically his remains, became the ultimate bastion of his regime’s protracted but decaying sovereignty [...]” (Ferrándiz, 2021, p. 228). Tradução minha.

⁴³ Partido Socialista Obrero Español. (2019). Sánchez: “Franco no merece un lugar de culto. Con la exhumación cerramos un capítulo oscuro de nuestra historia”. <https://www.psoe.es/actualidad/noticias-actualidad/sanchez-franco-no-merece-un-lugar-de-culto-con-la-exhumacion-cerramos-un-capitulo-oscur-de-nuestra-historia/>

⁴⁴ Saludos fascistas, ‘vivas’ a Franco y el ‘Cara al sol’: el 20N desafía la ley de memoria en Madrid. (2022, 20 de novembro). *El Diario*. https://www.eldiario.es/sociedad/saludos-fascistas-vivas-franco-cara-sol-20n-desafia-ley-memoria-madrid_1_9727718.html e El Gobierno estudia sanciones por los cánticos franquistas en la manifestación del 20-N en Madrid. (2022, 21 de novembro). *El País*. <https://elpais.com/espana/2022-11-21/el-gobierno-investiga-la-manifestacion-franquista-del-20n-en-madrid.html>



de “sanções pela celebração de manifestações de enaltecimento da ditadura franquista no 20 de novembro passado, ao menos em Madrid, La Rioja e Alicante”.⁴⁵

Não obstante essa resistência e desafio abertos às novas políticas de memória encampadas pelo PSOE⁴⁶, em 24 de abril de 2023 os restos mortais de Primo de Rivera foram exumados do *Valle de Cuelgamuros* e transferidos para o *Cementerio de San Isidro*, na capital espanhola. Em que pese a tranquilidade com que ocorreu no monumento fúnebre em San Lorenzo de El Escorial, falangistas entraram em confronto com a polícia em Madrid⁴⁷, situação que ocasionou três prisões no local.

Considerações finais

Com base nos dados levantados no curso da investigação aqui apresentada, as conclusões finais podem ser apresentadas em três eixos.

O primeiro eixo é relativo à conceituação dos monumentos funerários como lugares de memória propriamente ditos, seguindo a categoria cunhada por Pierre Nora (1996). Não apenas esses monumentos – juntamente com quaisquer outros onde ocorra o culto aos mortos – são considerados como lugares de memória pelo próprio autor, como também suas outras características, como a cristalização das memórias, o combate ao esquecimento, a possibilidade de ressignificação e a permanente disputa em torno de seu sentido também autorizam sua conceituação como tal. Estendendo-se a conclusão do primeiro eixo para a obra de Pollak (1989), verifica-se que o *Valle de Cuelgamuros* cumpre a dupla função dos monumentos, sendo, ao mesmo tempo, uma obra comemorativa e uma obra de recordação dos mortos.

O segundo eixo é relativo à afirmação de que as exumações de Francisco Franco e José Antonio Primo de Rivera foram medidas de destaque entre as políticas de memória elaboradas e aplicadas pelos governos do PSOE entre os anos de 2007 e 2023. Essa centralidade, em parte, pode ser explicada pela conversão do *Valle de Cuelgamuros* em um lugar de culto comum aos apoiadores de franco e dos falangistas, em uma data única.

Para além dessa combinação de local e data, a própria disposição dos restos mortais de ambas as figuras – em posições tão importantes junto ao altar de um monumento originalmente

⁴⁵ Até o momento de conclusão do presente artigo apenas a Falange Espanhola efetivamente enfrenta um processo de sanção, que, caso gere sua condenação, pode impor uma multa entre 10.001. e 150.000 euros. Cf. El Gobierno abre expediente sancionador a Falange por incumplimiento de la ley de memoria en los homenajes a Franco y Primo de Rivera. (2023, 23 de janeiro). *El País*. <https://elpais.com/espana/2023-01-23/el-gobierno-abre-expediente-sancionador-a-falange-por-incumplimiento-de-la-ley-de-memoria-por-los-homenajes-a-franco-y-primo-de-rivera.html> e El Gobierno estudia sanciones por las concentraciones del 20N al menos en Madrid, La Rioja y Alicante. (2022, 4 de dezembro). *Europa Press*. <https://www.europapress.es/nacional/noticia-gobierno-estudia-sanciones-concentraciones-20n-menos-madrid-rioja-alicante-20221204115050.html>

⁴⁶ Por “novas políticas de memória” entende-se as políticas de memória estabelecidas a partir de 2007 que contrastavam com o então vigente pacto de esquecimento/silêncio, institucionalizado com a Lei de Anistia de 1977 (Kolon, 2021).

⁴⁷ Parte da revolta dos falangistas reunidos no local ocorreu por razão de o governo de Pedro Sánchez ter escolhido a data da exumação em dia que coincidia com o 120º aniversário de Primo de Rivera. Cf. Concluye la exhumación de Primo de Rivera con tensión entre falangistas y la Policía frente al cementerio de San Isidro. (2023, 24 de abril). *El Mundo*. <https://www.elmundo.es/espana/2023/04/24/64461438e4d4d88b608b456e.html#>.

concebido para celebrar o lado vencedor da Guerra Civil e parcialmente construído com trabalho escravo do lado perdedor – parecia colaborar para tornar esse monumento fúnebre, simbolicamente, num local de exaltação da memória de Franco e de Primo de Rivera. A memória envolvida no episódio foi – e segue sendo – disputada entre os governos do PSOE e os apoiadores de Franco e Primo de Rivera. Não mais consubstanciada no monumento, ela agora ocupa novos monumentos fúnebres no coração de Madrid, seguindo como objeto de tensões sociopolíticas.

O terceiro eixo é relativo aos aspectos materiais dos objetivos das exumações, buscando identificar as ocorrências para além da formalização da remoção dos restos mortais do ambiente em que jaziam. Tão logo foram movidos para cemitérios em Madrid, os restos foram recebidos para suas reinumações por apoiadores que, provavelmente, faziam parte das hordas que marchavam em direção ao *Valle de los Caídos* em todo 20 de novembro desde o ano de 1976.

As exumações, muito embora talvez tenham desempenhado um papel de reversão ou de ressignificação do histórico de lugar de memória voltado à exaltação de um passado que a Espanha parece querer passar a limpo – o que representa um avanço em relação ao pacto de esquecimento que parecia vigente desde a morte de Franco –, parecem apenas ter retirado essa significação do próprio lugar e não das figuras que lá foram enterradas com toda pompa. Os restos mortais de Franco e de Primo de Rivera, a bem dizer, foram transportados para ainda mais perto do local onde, durante suas vidas, exerceram suas atividades políticas, ideológicas e organizativas. O acesso, que antes impunha um percurso de cerca de 45km, agora pode ser feito por meio do deslocamento dentro dos limites da própria capital espanhola.

A separação dos locais de reinumeração, muito embora possa pulverizar o público que costumava ser presente em conjunto em datas passadas, possivelmente não causará, para os dois grupos de apoiadores, qualquer problema por si só, visto que ambos possuem divergências entre si. Essa diminuição da antiga concentração pode, quando muito, tornar grupos menores mais suscetíveis à intervenção das forças do Estado espanhol, mas não necessariamente impedir a continuidade de suas manifestações por conta da mudança de local propriamente dita.

O *Valle de Cuelgamuros*, renomeado e deserto de seus habitantes mais ilustres – assim como das disputas que eles geraram –, pode, agora, caminhar para uma renovação de seus significados enquanto lugar de memória. Pode deixar de ser um mausoléu em cujo centro arquitetônico se encontravam dois indivíduos que marcaram profundamente alguns dos mais graves acontecimentos da Espanha no século XX. Pode se tornar um memorial das consequências da guerra e dos regimes autoritários. Essas conjecturas, não obstante, serão provadas verdadeiras ou não apenas com o passar do tempo. Ainda, ao tempo em que foi concluído o presente artigo, não passou um ano desde a exumação de Primo de Rivera.

Por outro lado, a simples realocação dos restos mortais de Franco e Primo de Rivera em outros cemitérios civis, caso buscasse impedir sua transformação em memoriais e locais de peregrinação próprios, não foi uma medida particularmente efetiva. Como pode ser observado



nas imagens– de meados de maio de 2023 – (Figura 2 e Figura 3)⁴⁸ os túmulos de ambos, principalmente o de Franco, prontamente retornaram a ser altares e memoriais de exaltação de suas vidas e obras



Figura 2 – Tumba de Francisco Franco e esposa, Cemeterio de Mingorrubio, Madrid
Fonte: Fotografia de Lorenzo Fernández (2023).



Figura 3 – Túmulo de José Antonio Primo de Rivera e família, Cemeterio de San Isidro, Madrid.
Fonte: Fotografia de Olga Tejada (2023)

⁴⁸ Agradeço, a caráter pessoal, o apoio dos companheiros tafófilos espanhóis Lorenzo Fernández (@territorionecropolis_tv) e Olga Tejada (@entre_cipreses) pela disponibilização das fotografias atualizadas das tumbas de Franco e Primo de Rivera.

À guisa de conclusão, tem-se que o intento do PSOE de remover o simbolismo franquista e falangista do *Valle de Cuelgamuros* ainda precisa se provar efetivo nos anos vindouros pela identificação de mudanças em como os espanhóis em geral – e não apenas os apoiadores de Franco e Primo de Rivera que costumavam peregrinar para lá – enxergam e utilizam o espaço. A centralidade das exumações que se intentou demonstrar é observável na quantidade de esforço político e resistências enfrentadas pelo governo do PSOE, para além da própria centralidade do assunto na narrativa do partido, no que se refere às exumações. O resto das medidas, ao que consta, não sofreram o mesmo tipo de enfrentamentos.

Mudanças mais profundas de consciência geral talvez ainda levem anos para acontecer, mas é seguro dizer que o governo do PSOE, a partir de 2019, vem tomando medidas concretas importantes para tentar alcançar esse intento. Alguns recuos de efetividade das medidas, como a memorialização das novas tumbas de Franco e Primo de Rivera em desafio às disposições da *Ley de Memoria Democrática*, são esperados e devem ser combatidos não apenas com o novo arsenal de medidas legais introduzidas por esse diploma legal, mas com tantas medidas quanto necessárias para impedir a exaltação dessas figuras.

Sendo a memória um território em disputa (Motta, 2013; Jelin, 2017), próximos passos serão necessários para garantir a efetivação dos objetivos do PSOE em matéria de políticas de memória. Dado o pouco tempo percorrido entre a exumação dos restos mortais de Primo de Rivera e, ao tempo de escrita do presente trabalho, do 20-N de 2023 ainda não ter ocorrido, é necessário que o governo do PSOE faça cumprir com as determinações para as quais destinou tamanho esforço.

Referências Bibliográficas

Ayala Wold, E. A. (2021). *El Partido Popular y la memoria histórica: un estudio cualitativo del contenido de discursos parlamentarios del periodo 2017-2018*. [Dissertação de Mestrado, Universitetet i Oslo]. <https://www.duo.uio.no/bitstream/handle/10852/87048/561311.pdf?sequence=1>

Bastianello, E., & Cerqueira, F. (2010). *O cemitério como lugar para a memória*. Anais do IV Encontro da Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais. https://www.academia.edu/6977610/O_cemitério_como_um_lugar_para_a_memória

Benavent, D. (2022). Los “sacrificados” y la resignificación del Valle de los Caídos como símbolo de reconciliación (1958-1959). *Thémata. Revista de filosofia*, 65, 181-202. <https://doi.org/10.12795/themata.2022.i65.08>

Bernecker, W. (2011). El debate sobre las memorias históricas en la vida política española. In J. Reinstädler (Org.). *Escribir después de la dictadura: la producción literaria y cultural em las posdictaduras de Europa y Hispanoamérica* (pp. 63-96). Madrid: Iberoamericana.

Buades, J. M. (2018). *A Guerra Civil Espanhola: O palco que serviu de ensaio para a Segunda Guerra Mundial*. Montevideo: Contexto.

Burbano Trimiño, F. (2015). La memoria fijada en la piedra. La inscripción de inauguración del Valle de los Caídos. *Ab Initio*, 6 (3), 285-310. <https://www.ab-initio.es>



Casanova, J. (2005). *La Iglesia de Franco*. Barcelona: Editorial Crítica.

Cavichioli, B. G., & Gallo, C. A. (2022, julho a dezembro). Entre Deus e o Estado: Salazar, Franco e a Igreja Católica nas ditaduras ibéricas do século XX. *Revista Memória em Rede*, 14 (27), 309-334. <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Memoria/article/view/22000/14514>

Cirici, A. (1977). *La estética del franquismo*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili.

Colom González, F. (2014). A past that does not die out: coping with the memory of the Spanish Civil War. *Studia Universitatis Cibiniensis. Series Historica*, XI, 59-69. https://digital.csic.es/bitstream/10261/195958/1/A_past_that_does_not_die_out_COLOM_Francisco.pdf

Ferrándiz, F. (2019, abril). El Valle de los Caídos en el siglo XXI. *Memoirs Newsletter*, 46, 1-3. <http://hdl.handle.net/10316/87184>

Ferrándiz, F. (2021). Francisco Franco is back: the contested reemergence of a fascist moral exemplar. *Comparative studies in society and history: an international quarterly*, 64 (1), 208-237. <https://www.cambridge.org/core/journals/comparative-studies-in-society-and-history/article/francisco-franco-is-back-the-contested-reemergence-of-a-fascist-moral-exemplar/452306F0AD217C008DE120FB5910BF31#article>

Ferrándiz, F. (2022). Exhumaciones, generales y militarismo fantasma: cómo confrontar el legado de la Guerra Civil española. *Alteridades*, 32 (64), 73-85. <https://alteridades.izt.uam.mx/index.php/Alte/article/view/1363/1400>

Guixé, J. (Org.), Conesa, R., & Ricart, N. (2018). *De um valle de lágrimas a un valle de memorias: bases para um projecto de futuro sobre el Valle de los Caídos*. Barcelona: Universitat de Barcelona/European Observatory on Memories. <https://www.nuevatribuna.es/media/nuevatribuna/files/2018/09/28/informe-valle-caidos.pdf>

Jelin, E. (2017). *La lucha por el pasado: cómo construimos la memoria social*. Madrid: Siglo Veintiuno.

Kolon, H. (2021). A legacy of violence: the lack of transitional justice in post-Franco Spain and its impact on victimhood. *SMU Journal of Undergraduate Research*, 6 (1), 1-12.

Le Goff, J. (1990). *História e memória*. São Paulo: UNICAMP.

Motta, R. P. S. (2013). História, memória e as disputas pela representação do passado recente. *Patrimônio e Memória*, 9 (1), 56-70. <https://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/334/620>

Nora, P. (Org.). (1996). *Realms of memory*. The construction of the French past. New York: Columbia University Press.

Palacios González, D. (2023, janeiro). A return to monuments: overcoming the "forensic turn" in contemporary Spain. *On the waterfront*, 65 (1), 3-33. <https://doi.org/10.1344/waterfront2023.65.01.01>

Payne, S. G., & Palacios, J. (2014). *Franco: a personal and political biography*. Madison: University of Wisconsin Press.



Piovesan, A. (2016). A morte e o morrer na guerra: os enterramentos dos soldados brasileiros na Segunda Guerra Mundial. *Revista M*, 1 (2), 320-338. <https://seer.unirio.br/revistam/article/view/8134/7000>

Pollak, M. (1989). Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, 2 (3), 3-15. https://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf

Preston, P. (2012). *Franco: a biography*. New York: Harper Collins.

Sánchez, P. (2020). *Discurso de la Primera Sesión de Investidura*. [https://www.lamoncloa.gob.es/presidente/intervenciones/Documents/2020/20200104%20PG%20Discurso%20investidura%20\(2\).pdf](https://www.lamoncloa.gob.es/presidente/intervenciones/Documents/2020/20200104%20PG%20Discurso%20investidura%20(2).pdf)

Sanz Hoya, J. (2013). Falangismo y dictadura. Una revisión de la historiografía sobre el fascismo español. In M. A Ruíz Carnicer (Org.). *Falange: las culturas políticas del fascismo en la España de Franco (1936-1975)* (pp. 25-60). Zaragoza: Institución Fernando el Católico.

Sevillano-Calero, F. (2016). Caídos por Dios y por España. El culto a la muerte en la fundación de la ditadura franquista. *Historia Contemporánea*, (55), 609-635. <https://doi.org/10.1387/hc.18095>

Tebar Hurtado, J. (2021, maio a agosto). El Valle de los Caídos: la ruina y sus evocaciones. *Páginas – Revista digital de la Escuela de Historia Universidad Nacional de Rosario*, 13 (32), p. 1-19. <http://revistapaginas.unr.edu.ar/index.php/RevPaginas>

Recebido em: 15 de agosto de 2023

Aprovado em: 29 de outubro de 2023

